

**“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”**

**PROJETO DE LEI Nº 4.167/2025**

Institui a política de sistema integrado de informações sobre violência, exploração e assédio sexual contra crianças e adolescentes - observa infância Paraíba, e dá outras providências. **Parecer pela Constitucionalidade da matéria.**

**Resumo da matéria:** O projeto propõe instituir a “Política de Sistema Integrado de Informações sobre Violência, Exploração e Assédio Sexual contra Crianças e Adolescentes – Observa Infância Paraíba”, com diretrizes, objetivos e mecanismos de articulação interinstitucional, coleta e análise de dados, visando prevenir e enfrentar a violência sexual contra o público infantojuvenil no Estado.

**Fundamento da Constitucionalidade:** A matéria insere-se na competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal (art. 24, IX e XV, CF/88) para legislar sobre proteção à infância e juventude, proteção e defesa da saúde, assistência social e proteção de dados pessoais em âmbito local, observada a legislação geral federal.

O projeto não cria nem reorganiza órgãos da Administração, nem impõe obrigações administrativas específicas e diretas ao Chefe do Poder Executivo que configurem vício de iniciativa (art. 63, § 1º, CE/PB), limitando-se a estabelecer diretrizes e autorizar a atuação integrada de órgãos já existentes.

**AUTOR(A): Dep. CAMILA TOSCANO**

**RELATOR(A): Dep. DANIELLE DO VALE**

**P A R E C E R Nº 510 /2025**

**I - RELATÓRIO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para análise e parecer o Projeto de Lei nº 4.167/2025, de autoria da Dep. Camila Toscano, o qual “Institui a política de sistema integrado de informações sobre violência, exploração e assédio

**“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”**

sexual contra crianças e adolescentes - observa infância Paraíba, e dá outras providências.”

Durante o prazo regimental para apresentação das emendas não foi verificada nenhuma iniciativa nesse sentido, sendo em sua forma original que o projeto chega para análise dessa relatoria.

O projeto, de iniciativa parlamentar, propõe instituir a “Política de Sistema Integrado de Informações sobre Violência, Exploração e Assédio Sexual contra Crianças e Adolescentes – Observa Infância Paraíba”, com diretrizes, objetivos e mecanismos de articulação interinstitucional, coleta e análise de dados, visando prevenir e enfrentar a violência sexual contra o público infantojuvenil no Estado.

É o relatório.

**“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”**

**II - VOTO DO RELATOR**

A matéria insere-se na competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal (art. 24, IX e XV, CF/88) para legislar sobre proteção à infância e juventude, proteção e defesa da saúde, assistência social e proteção de dados pessoais em âmbito local, observada a legislação geral federal.

O projeto não cria nem reorganiza órgãos da Administração, nem impõe obrigações administrativas específicas e diretas ao Chefe do Poder Executivo que configurem vício de iniciativa (art. 63, § 1º, CE/PB), limitando-se a estabelecer diretrizes e autorizar a atuação integrada de órgãos já existentes. A instituição de políticas públicas e programas intersetoriais no campo da proteção de direitos humanos e da infância, sem detalhar a execução administrativa nem criar despesas obrigatórias não previstas, é matéria de iniciativa parlamentar admitida pelo Supremo Tribunal Federal, a exemplo do RE 1058333/PR (Tema 917).

O conteúdo do projeto está em conformidade com os arts. 1º, III, 6º, 23, II, e 227 da Constituição Federal e art. 227 da Constituição Estadual, que impõem ao Estado, à sociedade e à família o dever de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à dignidade e à proteção contra qualquer forma de violência.

Ao tratar de sistema integrado de informações, a proposição observa a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), incluindo salvaguardas de confidencialidade e proteção da vítima. Não há afronta a princípios constitucionais nem usurpação de competência legislativa da União.

**Pelas razões expostas, opino pela constitucionalidade formal e material do Projeto de Lei Ordinária nº 4.167/2025, por atender aos pressupostos constitucionais, não incidir em vícios de iniciativa e se harmonizar com a**



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
DO ESTADO DA PARAÍBA



**“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”**

**legislação federal e estadual sobre proteção integral à infância e juventude,  
podendo prosseguir para análise de mérito pelas comissões competentes.**

**Sala das Comissões, em 12 de agosto de 2025.**

**DEP. DANIELLE DO VALE**  
**Relatora**



**“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”**

**III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do voto do relator, por unanimidade dos membros presentes, opina pela **Constitucionalidade** do **Projeto de Lei nº 4.167/2025**.

É o parecer.

**Sala das Comissões, em 12 de agosto de 2025.**

Dep. João Gonçalves  
PRESIDENTE

DEP. ANDERSON MONTEIRO  
MEMBRO

DEP. CÂMILA TOSCANO  
Membro

DEP. DANIELLE DO VALE  
Membro

DEP. JUTAY MENESES  
MEMBRO

DEP. SILVIA BENJAMIN  
MEMBRO

CHICO MENDES  
Membro